

Indianismos na poesia brasileira e goesa: os casos de Gonçalves Dias e de Paulino Dias*

Duarte Braga^a

Hélder Garmes^b

Resumo

Quer na crítica literária brasileira, quer na goesa, o que foi designado como "indianismo" possui referentes e cronologias distintas. A presença do índio na nascente literatura brasileira é um fenômeno de seu primeiro Romantismo. Quanto à paixão pela Índia clássica na poesia de língua portuguesa escrita em Goa, seu auge ocorre na virada do século. O presente ensaio tem como objetivo compreender este fenômeno como uma manifestação transnacional do discurso nativista nos territórios de língua portuguesa. A fim de entender a poesia indianista, há que estudar seus significados socioculturais e investigar as maneiras pelas quais as formas literárias europeias são transformadas por ela, o que será feito através de uma leitura cuidadosa de poemas de Gonçalves Dias e de Paulino Dias.

Palavras-chave: Indianismo, Goa, Brasil, Paulino Dias, Gonçalves Dias.

* O presente artigo é oriundo de projeto temático FAPESP (processo 2014/15657-8) e pós doutorado FAPESP 2014/00829-8

Recebido em 23 de junho de 2015
Aceito em 10 de dezembro de 2015

^a Em estágio de pós-doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa na FFLCH-USP, com bolsa da FAPESP, é investigador do Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa, duartedbraga@gmail.com.

^b Professor livre-docente da Universidade de São Paulo, helder@usp.br.

1. Introdução

Ao falarmos de indianismo no Brasil e em Goa – território ex-colonial português que em 1961 se tornou um dos estados da nação indiana – falamos de duas versões bem distintas dos nativismos que tão insistentemente caracterizaram as literaturas do Romantismo, bem como de suas modulações até ao Modernismo. É, porém, certo que o elemento humano que é escolhido para representar o nativo é, nos dois casos, diverso: o “índio” em causa não é o mesmo. Recorde-se a este respeito que os habitantes originais da Índia é que eram inicialmente designados como “índios” pelos colonizadores, designação que se manteve até tarde em obras portuguesas e que se estendeu ao indígena brasileiro, como é sabido. Mas mais do que uma curiosidade do imaginário europeu – no qual as Américas nascem como um desdobramento do Oriente – esta partilha de um nome pode também ser lida como um fenómeno autóctone dos territórios de língua portuguesa. No campo literário são, com efeito, as críticas literárias brasileira e goesa que dão nome ao indianismo. Abrir uma via de leitura comparativa enquanto fenómeno das literaturas de língua portuguesa pode, assim, esclarecer os padrões transnacionais da modulação dos nativismos de matriz romântica no contexto mais amplo de língua portuguesa. Há que explicar, a este respeito, que consideramos a chamada “literatura indo-portuguesa” como uma tradição própria, fruto do contato entre colonizador português e nativos da Índia, existindo desde pelo menos o século XVI. Não tem, contudo, recebido a devida atenção crítica, ainda que possua um vasto acervo de cartas, sermões, narrativas de viagens, ficção e poesia, sobretudo ao longo dos séculos XIX e XX.

Ainda que designadas da mesma forma, as variantes, se assim as podemos chamar, brasileira e goesa do nativismo guardam diferenças fundamentais. A mais saliente é que se trata de discursos situados em momentos distintos da história de cada uma dessas literaturas. Enquanto discurso cultural e literário, o indianismo brasileiro forma-se na década de 1830 e tem, como nota Antonio Candido (1964, p. 18), o seu auge entre a década seguinte e a de 1860. É uma proposta crítica e programática de revisitação do índio, esboçada pelos fundadores do romantismo brasileiro, como no “Ensaio sobre

a História da Literatura do Brasil” publicado por Gonçalves de Magalhães (1811-1882) na revista *Nitheroy* (1836). O poeta e crítico aí apela à figura do índio, simultaneamente lamentando a inexistência de registros da literatura oral dos povos indígenas, o que leva Paulo Franchetti a considerar que, nesse ensaio, o índio é “uma ausência, mais do que uma presença cultural” (FRANCHETTI, 2007, p. 50). Vale observar que, quando Gonçalves de Magalhães lamentava a falta de registros da tradição oral indígena, havia ainda no interior do Brasil, e mesmo no interior de estados como São Paulo e Rio de Janeiro, grandes contingentes indígenas (HOLANDA, 2014). Assim, a realidade concreta dos indígenas brasileiros é rejeitada pela literatura em função da ausência de registros escritos de suas tradições orais. O indianismo só faz perpetuar essa ausência, como observa Franchetti. Não existindo um *corpus* literário indígena a recuperar, o índio é, antes de mais, uma ausência textual, o que explica que sua recuperação passe muito mais pela de um personagem ou de um tema, como irá ser desenvolvido em verso pelo grande nome do indianismo poético do Brasil, Antônio Gonçalves Dias (1823-1864). O autóctone brasileiro surge como uma figura a-literária, mas reelaborada por uma cultura letrada em formação, o que remete à conhecida frase de Karl Marx, referente aos orientais, comentada por Edward Said em *Orientalism* (1978). O pensador alemão afirmou que esses “não podem representar a si mesmos; devem ser representados” (MARX *apud* SAID, 2007, p. 52). Assim aconteceu no âmbito da literatura nacional com os indígenas brasileiros.

De forma distinta do brasileiro, o indianismo goês¹ é um fenômeno mais tardio, abrangendo o termo do Oitocentos e o começo do Novecentos, sendo assim cronologicamente, mas não apenas, um movimento neorromântico. Socialmente, ele é bem mais localizado, pois é obra de uma geração com um enquadramento social particular: as elites católicas goesas que cultivavam as letras em língua portuguesa. Por outro lado, em termos de sua natureza, parece ser essencialmente um fenômeno textual, isto é, que se constrói a partir da divulgação e tradução de textos da antiga cultura letrada hindu e, em contraste com o que se passou no Brasil, justificando-se socialmente por via da revalorização das culturas letradas do subcontinente. Um importante esforço foi, a este respeito,

¹ A designação de “indianismo goês” é a mais consagrada, aparecendo em Vimala Devi e Manuel de Seabra, já supracitados, assim como Velho (1998: 1569) ou Passos (2012: t.1, 255-270), entre outros. Sandra Lobo, no entanto, em seu trabalho *O desassossego goês - cultura e política em Goa do Liberalismo ao Acto Colonial* (2013: 404 e segs.), emprega o termo “indiológista”, e não “indianista”, para designar aqueles que empreenderam a tarefa de revalorizar a cultura indiana dentro de Goa nesses anos, revelando que em Goa nem mesmo a designação dessa proposta estética é consensual, coisa que no Brasil não acontece.

a publicação da *Revista da Índia*, fundada em 1913 por Adolfo Costa (1882-1960) e Paulino Dias (1874-1919), um veículo de difusão da literatura clássica indiana entre a elite católica.

As elites naturais do território, convertidas forçadamente ao cristianismo no século XVI, só em 1910 não mais temerão a marginalização social pela adoção de linguagens culturais do hinduísmo, uma vez que a República portuguesa, implantada nessa data, trouxera consigo o Estado laico. Desta maneira, os *goenkars*, ou goeses católicos de língua portuguesa, podem finalmente recordar o que seus antepassados tinham sido forçados a esquecer: os textos, temas e motivos da civilização clássica indiana. Como lembram dois historiadores desta tradição literária, o casal Manuel de Seabra e Vimala Devi: “Foi a época em que uma geração (...) começou a tomar consciência da outra parte de si próprios que não podiam continuar a ignorar e cujas raízes iam buscar à velha civilização indiana” (DEVI e SEABRA, 1971, p. 240). A onda nativista ou indianista – que começa a esboçar-se na poesia de Fernando Leal (1846-1910) ou de Floriano Barreto (1877-1905) – constitui, assim, uma anamnese em relação ao lugar de Goa no subcontinente indiano. O grande exemplo de indianismo poético é Paulino Dias², autor em análise neste trabalho. Com efeito, Paulino de alguma forma seria o Gonçalves Dias goês: “o principal representante desse indianismo que subitamente, em princípios do século, surgiu em Goa” (DEVI e SEABRA, 1971, p. 314).

O presente artigo visa discutir comparativamente, por via destes dois autores, o indianismo brasileiro e goês à luz de duas questões: em primeiro lugar, a relação desse(s) discurso(s) com a realidade a que se referem ou pretendem referir; em segundo, a questão do indianismo como estética autóctone que lida e transmuta formas e gêneros literários europeus.

2. Os sentidos políticos e culturais de diferentes indianismos

Para além de seus tempos diferentes, a segunda diferença fundamental entre o indianismo brasileiro e o goês é a relação entre a construção de um imaginário identitário e sua dimensão sócio-política: o primeiro deriva quase imediatamente da independência política do Brasil, que procura com afinco um símbolo nacional e rapidamente o encontra no índio como

² Paulino Dias nasceu em Santa Cruz, Goa, em 1874, tendo falecido em Nova Goa, em 1919. Foi poeta, médico, músico e professor. Deixou numerosas publicações em verso e em prosa, dispersas por jornais e revistas, assinadas também com os pseudônimos de Pri Das e Assis da Gama. Além da *Revista da Índia*, já mencionada, dirigiu e redigiu os mensários *A Clínica Moderna* e a *Revista Moderna*, este último ilustrado, tendo ainda colaborado com *A Luz do Oriente*. Cf. Costa (1997, p.334-348) e Lisboa (1994: 149-50), donde retiramos estas informações gerais. O principal da quase inacessível obra poética de Paulino Dias foi editado postumamente em Nova Goa por uma comissão que escolheu e transcreveu os textos para o volume *No país de Síria* (1935).

emblema de distinção brasileira face ao colonizador. É, portanto, um gesto anticolonialista e de afirmação da nacionalidade. No caso goês, é antes um movimento literário de valorização da cultura hindu dentro do quadro colonial, num momento de abertura política às populações não-católicas das colônias portuguesas motivada pela implantação da República. Como lembra o casal de críticos que temos vindo a citar, o indianismo em Goa nasce dos “entusiasmos que envolveram a proclamação da República e a emergência da comunidade hindu” (DEVI e SEABRA, 1971: 242). Não deve, pois, ser lido fora do quadro colonial no qual se inscreve, ainda que já consiga desenvolver um sentido nacionalista, como adiante se verá.

Por outro lado, Devi e Seabra classificam acertadamente o indianismo de Goa como “classicista” (DEVI e SEABRA, 1971, p. 321), precisamente porque se dedica não à Goa luso-indiana, mas sobretudo à Índia mítica e religiosa dos *Vedas* e dos *Upanishades*, à “glorificação do classicismo ário” (DEVI e SEABRA, 1971, p. 242). De igual modo, na literatura brasileira o índio é sobretudo – como deixa claro Paulo Franchetti (2007) – um tema do passado pré-colonial e colonial. Ambos os movimentos exigiriam, assim, o que podemos chamar uma arqueologia identitária. Aqui se delinea o problema essencial do indianismo, que é o de ser um nacionalismo cultural que promove um construto exotizante, como sugere o mesmo crítico:

Para ele [Alencar], como para os demais indianistas, engajados no projeto de construção do imaginário brasileiro, o nacional resulta de imitação do selvagem, da apropriação da sua mitologia e do seu vocabulário e formas de dizer pelo homem civilizado, por meio da imaginação arqueológica e da pesquisa linguística. O que é o mesmo que dizer que o nacionalismo indianista em literatura é uma espécie de exotismo temporal, de exotismo de cor local, exotismo de tema autóctone. (FRANCHETTI, 2007, p. 58).

E seria o indianismo goês um fenômeno menos distante de seu referente do que o brasileiro? Em ambos os casos, a recuperação do “índio” como memória cultural constitui um inevitável distanciamento de tal figura que passa por tomá-la unicamente como figura do passado (exotismo temporal). Por outro lado, as vozes enunciativas dos textos goeses e brasileiros

são diversas, e diversas também no que toca à sua relação com os personagens que evocam.

O indianismo brasileiro foi, em certo sentido, programático, isto é, fazia parte de um programa maior para dar fundamentos históricos à literatura nacional brasileira. No âmbito literário, buscava nas tradições culturais indígenas e nos primeiros anos do colonialismo elementos que contribuíssem para caracterizar tal literatura e, ao mesmo tempo, produzia um discurso crítico que explicitava tal programa. Em 1844, Joaquim Norberto de Sousa Silva publica no número 18, de 15 de julho de 1844, vol. I da *Minerva Brasiliense* o artigo “Considerações gerais sobre a literatura brasileira”. Após um longo elogio às tradições dos povos indígenas brasileiros, assim diz:

Não temos castelos feudais, nem essas justas, torneios, lidas e combates de ricos homens, de infantarias e cavaleiros seguidos de seus escudeiros, pajens e peões montando seus corcéis (...). Não temos, mas possuiremos a idade desses povos primitivos com todas as suas tradições, costumes, usanças e crenças cheias de um maravilhoso verdadeiramente poético; e essas religiões de diversas tribos, que errantes e fugitivas ainda memoram em seus banquetes as desgraças de seus antepassados e relembram suas misérias, findando por entoarem o cântico da vingança. Possuímos igualmente a nossa Idade Média (...). Época cheia de painéis brilhantes que pertencem ao domínio da poesia e dos quais tão somente a poesia pode tirar toda a vantagem. (SILVA, 2002: p. 334-335)

Evidencia-se, assim, o quanto o indianismo foi um projeto consciente e coletivo em paralelismo àqueles que se fizeram no continente europeu e ainda como a proposta crítica para sua textualização apontava para a poesia. Seus agentes foram, porém, não apenas poetas – como Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, mas também romancistas como José de Alencar, e também críticos, como demonstra o texto de Joaquim Norberto, publicado em meio à gestação dessa literatura. Vale lembrar, como Joaquim Norberto faz no referido artigo, que o indianismo já vinha do período arcade, isto é, aparecera pela primeira vez nos poemas épicos *O Uruguary* (1769), de Basílio da Gama, e *Caramuru* (1781), de Santa Rita Durão. Todavia, é no Romantismo que ganhará forma programática e fará do índio um dos símbolos da identidade nacional brasileira.

³ O manifesto encontra-se parcialmente reproduzido em Bagno (1994), sendo retirado do Volume I (Julho de 1913) da *Revista da Índia*, pp. 3-6. Com efeito, nesse texto Paulino refere-se à Índia como sendo a “alma nacional”, mas parece promover um patriotismo que não se transforma em nacionalismo indiano, uma vez que aceita a cisão colonial da Índia em Estado Português da Índia (Goa, Damão e Diu) e em Raj britânico. Esse despertar assumiria, assim, a forma dada pela cisão colonial, manifestando-se de forma diversa na Índia Britânica e na Portuguesa, sendo na última que para ele se dá um verdadeiro renascimento literário, o que é talvez o aspecto mais curioso deste *Manifesto* de Paulino: “É só a Índia Portuguesa o único tracto dos Ariavarta nitidamente sensitivo e criador [?] É o espírito latino que se casou com a alma do Oriente? (...) Não sei. A verdade é que a Índia Portuguesa é a grande fibra orgulhosa e ressonante pela qual o grande país dos Drávidas e dos Árias parece que vai exprimir a sua palavra de rejuvenescimento literário nacional” (DIAS *apud* BAGNO, 1994: 99).

⁴ Falando sobre uma revista goesa maioritariamente hindu, a historiadora afirma: “Que esta visão da indianidade e este entusiasmo pelo nacionalismo indiano eram passíveis de ser partilhados por segmentos da comunidade católica, traduz-se no crescente número de colaboradores e de subscritores católicos da revista. Entre os primeiros, Paulino Dias e Nascimento Mendonça não só integraram o imaginário hindu em muita da sua poesia, mas chegaram a adoptar pseudónimos de ressonâncias hindus descar-

Em contraponto, como tratar esta questão de um programa literário nacional no caso goês? Goa não só funciona em contexto colonial, como não é uma nação, mas antes uma pequena região de um grande país vindouro, neste momento da História partilhado entre Inglaterra, França e Portugal. A resposta passa pela insistência destes autores na indianidade. O indianismo goês desenvolve-se como um prólogo e não como um derivado imediato do pensamento nacionalista, sendo que os sentidos políticos deste movimento se encontrarão mais definidos na geração seguinte, a de intelectuais nacionalistas indianos como Luís de Menezes Bragança (1878-1938) e Tristão Bragança da Cunha (1891-1958), conforme explora detidamente a historiadora Sandra Lobo (2013) em sua tese de doutorado. O surto de conscientização da indianidade de Goa pode já, até um certo ponto, nesta geração de escritores e intelectuais, ser tomado como demanda de uma vontade de independência política, uma vez que o seu efeito estético pressupõe a revisitação de uma Índia gloriosa do passado como elemento de distinção do goês no cenário colonial português. Trata-se assim da gestação de um nacionalismo cultural e político, ainda não institucionalizado, e correspondendo sobretudo à vontade da elite católica de expressão portuguesa, que produz e tem acesso a esta literatura, sem prejuízo dessa vontade ser compartilhada pelas populações hindus de Goa. O indianismo goês nasce, sobretudo, desta tensão cultural e política interna, que vem sublinhar e aprofundar.

Olhando em particular para os textos de Paulino Dias, o que podemos vislumbrar é um patriotismo que encara a Índia como base cultural e espiritual de vários povos, segundo o tópico da *India Mater*. Essa é a visão que temos no seu curioso manifesto marinettiano da *Revista da Índia* (1913), onde disserta acerca da moderna literatura do subcontinente³. A Índia que aí surge é uma pátria comum, transcendente às suas próprias fronteiras intracoloniais, as quais o poeta não parece questionar diretamente em seu discurso. Contudo, mesmo não tendo ainda uma agenda muito definida, este patriotismo funciona, usando uma expressão de Sandra Ataíde Lobo, como uma “reversão simbólica” (LOBO, 2013, p. 268) que constitui um precedente⁴. De todo modo, como observa Joana Passos, “o indianismo da poesia goesa do início do século XX foi, para alguns autores, não só uma moda literária mas uma forma

tando pontualmente a sua identidade católica, isto é, operando uma reversão simbólica, no que criavam um precedente recuperado pela geração de 20” (LOBO, 2013: 268).

de intervenção política através de meios culturais” (PASSOS, 2012, p.266). Poucos anos depois da morte de Paulino em 1919, o nacionalismo (indiano e não goês, entenda-se) em gestação no espaço político – formulado sobretudo por um grupo de goeses radicados em Bombaim – já se expressava de forma assaz direta, o que Lobo sintetiza ao reproduzir as palavras que Drusdon Rodrigues publicara no jornal *Bharat*, de Goa, em 1926:

Que pretendemos nós? (...) Independência completa de toda a Índia, isenta de todas as ligações imperiais e livre de toda a supervisão estrangeira; estabelecimento da República dos Estados Unidos da Índia da qual Goa constituirá um Estado Federal. Não se trata, pois, de emancipação de um povo apto para se governar. Trata-se, sim, mais da sua libertação política. (RODRIGUES *apud* LOBO, 2012, p. 277).

O indianismo goês poderá, assim, ser lido, de um modo geral, como a expressão primeira de uma vontade de liberdade do jugo colonial por parte dos goeses, mas também como forma de distinção sociocultural de um grupo muito restrito e localizado em um ambiente único: os intelectuais e escritores católicos das classes altas de Goa. O que em seguida trataremos será uma leitura concreta de alguns poemas indianistas, procurando entender as formas pelas quais eles visariam um ajuste de contas com o colonizador, que retirara ao colonizado esse repositório expressional, mas também – e tal é claro em Paulino Dias – um desejo de falar na modernidade a partir da Índia, recuperando-a como uma pátria espiritual e cultural e desejando que ela fale a par com as nações do Ocidente. Com efeito, este poeta celebra o despertar milenar da velha Índia, estremunhada pela revolução tecnológica do Ocidente: “O sopro da Renascença, levado pela imprensa mundial, abalou o velho Oriente. A Índia também se levanta. Um curioso movimento de consciência nacional despertando (...)” (BAGNO, 1994: 98).

3. A transformação de línguas, gêneros e de formas literárias europeias

A poesia é um dos principais – senão o principal, no caso goês – modos do indianismo na literatura. Há que compreender que essa importância deriva do fato de a poesia

ser um lugar privilegiado para o jogo com formas e gêneros literários europeus, mas também com registros da linguagem, isto é, com a transformação da própria língua portuguesa e de seus registros, que é afinal um dos aspectos das correntes indianistas: a “nacionalização” da instituição literária. Propomos demonstrá-lo através da comparação de dois poemas longos de temática afim, e com estrutura narrativa semelhante: *Visões I. O Índio* (1868), de Gonçalves Dias, e *A Prakriti* (1935), de Paulino Dias. O primeiro foi escrito em Portugal em 1844 e é um dos primeiros escritos indianistas do poeta, contemporâneo de *Primeiros* e *Segundos Cantos*. Segundo Dave Treece (2000), não foi incluído nos primeiros volumes de poesia publicados, mas publicado nas obras póstumas, de 1868. O segundo é também uma publicação póstuma, tendo saído a lume na compilação *No país de Súria* (1935). Ambos os poemas narram o encontro do sujeito poético com uma entidade sobrenatural: *A Prakriti* é uma invocação do eu lírico a uma deusa com esse nome, tal como *Visões* descreve o encontro da personagem do poeta com o espectro de um índio. Com essa entidade, ou na voz da própria, se lamenta o declínio ou extinção de uma raça antiga. No caso do autor brasileiro, trata-se da extinção dos índios tupis e em Paulino da subjugação dos Drávidas pelos Arianos e, num segundo plano, a da Goa hindu pelos colonizadores. Vejamos os momentos em que tal fica claro nos textos:

Mas um dia virá, bem longe d’hoje,
 E os teus livres serão;
 Mas esse dia — não verás, ó povo,
 Teus filhos — também não!
 (GONÇALVES DIAS, 2002, p. 168)

(...) Então hei-de eu vencer os brancos inimigos
 erguendo-lhes ao longe os generosos braços;
 hei-de fazer o amor florescer nos espaços,
 erguer o passado e sua imortal injúria.

- Ó Prakriti, levanta o meu país do Súria! -
 (PAULINO DIAS, 1935, p. 124)

Como se vê, Paulino e Gonçalves partilham a construção de um sentimento antiluso que, em ambos os casos, movimenta

um desejo de vingança ou de libertação que talvez só a própria poesia, enquanto resposta definitiva à História, poderá plenamente realizar. Neste sentido, o diálogo que ambos os poemas propõem com figuras sobrenaturais pretende fazer apelo às entidades que simbolizam a preservação da memória dos povos subjugados ou extintos.

Continuemos lendo o texto do poeta goês que, como num hino, se dirige à deusa, e ouçamos a sua lamentação, que podemos comparar à do índio de *Visões*:

Ó Pracriti, eu sou da raça dos selvagens. (...)
Sou dos rebéis de outrora, os altos pioneiros
Ravana, Haraniacxa, os bárbaros robustos
que assaltavam a Indra através dos arbustos
levantavam Lancás com torres sobre os mares.
Sou da linhagem bruta e [d]as terras singulares
onde davam o incenso e o leite aos crocodilos (...)
- trago daquele sangue uma tara impulsiva -
Eu me lembro que vi minha pátria cativa
da caravana branca... as lutas, os contatos
Eu vi a assolação de países intatos,
vi as desolações facínoras na História.
Que raiva pela aurora! Escalam-me a memória
pombas de oiro estrangeiro, as linhas de cortejos,
tambores abalando os tratos sertanejos,
Ramas azuis levando meus avós vencidos. (...)
mas que pena que vem com apelo guerreiro
o esquecimento ideal com sândalo e incenso...
Sinto a aniquilação, dobra o Nirvana imenso
o meu sonho rebel e esguio de vingança;
devis de carne ardente e a poderosa trança
afogam-me em anéis... soluçam os tambores,
e ao desatar no escuro a fiada de flores
esquece-se, deva, a imortal injúria.
Coitado o meu país azulado do Súria!
(PAULINO DIAS, 1934, p. 122-123)

A passagem mostra bem o estranhamento que esta poesia proporciona, com expressões obscuras (“tratos sertanejos”) e ligações de sentido surpreendentes (“o meu sonho rebel e esguio de vingança;/ devis de carne ardente e a poderosa

trança/ afogam-me em anéis...”). Acrescenta-se a isto uma acumulação avassaladora de imagens, próxima já de uma dicção modernista, como estes versos comprovam: “Que raiva pela aurora! Escalam-me a memória/ Pombas de oiro estrangeiro”. Contudo, o seu viés verboso e declamatório remete também para a poesia de um Guerra Junqueiro, poeta português muito lido em Goa e que sem dúvida alimenta, com sua poesia combativa, a retórica da vingança de Paulino. Com efeito, o pendor retórico desta poesia atesta bem sua hibridez: embora procure lembrar os hinos da literatura védica e upanishádica – o que entronca no amplo conhecimento que o poeta demonstra do Hinduísmo – a métrica é a do poema longo de Victor Hugo e de Junqueiro: o alexandrino, comum no poema narrativo pré-modernista.

Já o enquadramento genológico é o mesmo nos dois autores, no que toca a suas obras indianistas: entre o modelo épico e o poema dramático. Em ambos, a predileção pelo poema narrativo-dramático não é alheia à influência dos longos poemas dramáticos e visionários de Vitor Hugo, embora no caso de Paulino Dias as formas métricas europeias sejam cruzadas com uma inspiração nos modelos da literatura tradicional indiana. Gonçalves Dias encontra-se mais ligado aos modelos clássicos greco-latinos. Nele dá-se, à primeira vista, uma verdadeira aclimação das formas e processos europeus, mantendo o seu carácter convencional. Contudo, o lamento do índio parece ser um exemplo do que Treece (2000) descreve como abandono dos metros da poesia ibérica, na tentativa de encontrar um metro rítmico e não silábico, que transmita “simplicity of form through which Gonçalves Dias achieves a ritualistic, musical effect” (TREECE, 2000, p. 132):

Treme — ó povo Tupi — já não és povo
 Eleito de Tupã,
 Sumiu-se o teu poder como uma sombra
 No luzir da manhã.

(...)

Tupã não vos quer ver — que vos fizestes
 Escravos d’Anhangá!
 Treme, nação Tupi: — soluça, geme.
 Povo que foi já!

Mas um dia virá, bem longe d'hoje,
 E os teus livres serão;
 Mas esse dia — não verás, ó povo,
 Teus filhos — também não!
 (GONÇALVES DIAS, 2002, p. 167-168)

Note-se como a pontuação e a disposição gráfica do verso ajudam a marcar a criação desse ritmo outro, em evidente mimetismo de ritmos e cânticos bélicos indígenas, que Gonçalves Dias, estudioso das línguas autóctones do território brasileiro, bem conhecia.

O contraste mais visível em termos do tom dos dois poemas se estabelece entre a fúria e a verborreia pauliniana que, no poema *A Pracriti*, é toda uma apaixonada declaração de identidade indiana, face à linguagem serena e contida de Gonçalves Dias, como salientou Antonio Candido (1964, p. 81-96). Enquanto Gonçalves Dias usa uma sintaxe neoclássica e um português erudito, Paulino Dias parece tomar do classicismo sobretudo o uso de expressões mais latinas (“rebel”, “tratos”). Todavia, o recorte clássico da linguagem não impede as infiltrações linguísticas das línguas nativas, em ambos os casos. Perante este quadro, a linguagem de Paulino aproxima-se mais de uma necessidade estética do “bárbaro”, avultando como fonte de uma ruptura estética, no espírito intransigente das vanguardas. De facto, a estética do bárbaro casa bem com o tema da necessária recuperação de uma raça vencida que o poema propõe: “(...) eu sou da raça dos selvagens (...) / Sou dos rebéis de outrora, os altos pioneiros / (...), os bárbaros robustos” (PAULINO DIAS, 1934, p. 122-123).

Ainda a este respeito, Devi e Seabra (1971, p. 314-315) sustentam que existem problemas linguísticos e formais na expressão do autor em língua portuguesa. Na verdade, isso antes se trata de uma forma voluntária de afetar a língua portuguesa, que deve ser aproximada a outros esforços pós-simbolistas e modernistas de transformação da linguagem, como notoriamente realizaram o português Ângelo de Lima ou o brasileiro Mário de Andrade. Entendido à luz da necessidade de transformação do significante proposta pela modernidade estética, sobretudo com o Simbolismo e o Modernismo, o português muito particular de Paulino Dias

ganha todo um outro sentido. A opinião crítica de Devi e Seabra (1971), não logrando esta interpretação fundamental, entende a linguagem de Paulino apenas como uma anomalia no seio de uma literatura periférica, que porventura estaria condenada a legar uma produção literária sem grandes desafios em nível estético. Ao contrário, os sinais que o poeta deixou permitem inscrevê-lo, a partir de sua orgulhosa radicação na Índia, na literatura vanguardista como um todo, mediante uma aproximação necessária (e ainda por fazer) ao Modernismo brasileiro e português. Um dos traços essenciais da proposta estética de Paulino parece ser, com efeito, conciliar a ruptura vanguardística com elementos culturais, históricos e paisagísticos indianos: “Sou da linhagem bruta e [d]as terras singulares/ onde davam o incenso e o leite aos crocodilos (...)/ - trago daquele sangue uma tara impulsiva -” (PAULINO DIAS, 1934, p. 122-123). Note-se ainda como o poeta integra nessa recuperação um tópico da literatura naturalista e pós-naturalista, o da hereditariedade decadente (“tara impulsiva”), ao modo de um Augusto dos Anjos.

Um outro aspecto a destacar, e que merece comparação em ambos os poemas, é o diálogo entre o poeta e a figura sobrenatural, e onde esta questão da(s) língua(s) e de seu uso não deixa de se fazer sentir. Nos dois casos, o poeta é uma figura sagrada, tutelar, que tudo vê e observa, possuindo o dom de conversar com deuses e fantasmas. Em *Visões*, o personagem Cantor, autofiguração do autor como vate brasileiro, procura convencer o índio de que ambos possuem a mesma pátria:

Não somos nós irmãos - a tua pátria
 Não é a pátria minha? Ali marcada
 Não tinhas outra vida, outro futuro?
 (GONÇALVES DIAS, 2002, p. 164)

O cantor brasileiro parece querer amenizar a própria condição de fantasma do seu interlocutor, informando-o que ambos possuem a mesma pátria. Fica, assim, para o leitor, patente a profunda clivagem entre o Índio e o seu Cantor brasileiro, objeto da ironia do primeiro, que lhe responde perguntando se ele não será um “Daquelles que aos índios tem no rol de escravos?” (GONÇALVES DIAS, 2002, p. 164). Como

afirma David Treece, o presente diálogo espelha a contradição que está na base do próprio indianismo:

The dialogue goes right to the heart of the central ideological contradiction that (...) characterizes Romantic Indianism: the notion of a socially and racially integrated nation rooted in the shared anticolonial identity of Brazilian and Indian, yet founded simultaneously on the genocide, slavery and marginalisation of its non-white population. The Indian of the poem registers the terrible irony that his jailer and executioner should be the one to speak the language of reconciliation. (TREECE, 2000, p. 131).

A nosso ver, e no seguimento desta leitura, trata-se este poema de uma alegoria complexa, que põe a nu o próprio mecanismo do indianismo. *Visões* deixa-se ler, mais do que como uma encenação dramática do encontro entre o brasileiro e o índio, como uma encenação do próprio maquinismo indianista, numa espécie de meta-indianismo: isto é, o autor encontra-se consciente (e daí o tom irônico) da contradição central que reside nesse discurso, dramatizando-a através de um encontro que não acontece sem perturbações.

Voltando à questão da língua, ela encontra um eco no próprio texto. Com efeito, o poeta diz-se surpreendido por o índio lhe falar em português. Este replica algo cinicamente que, por ser um poeta, não é como aqueles, mas um irmão do índio, numa tentativa de comunhão simbólica com o índio ou com os valores que este representaria para o autor. Tal seria central a toda a produção poética do autor, como notou o mesmo David Treece, por via de um projeto estético que visaria trazer, não sem tensões explícitas e conscientes, para a poesia brasileira a ideia da autossuficiência cultural característica da sociedade indígena (TREECE, 2000, p. 132).

Na verdade, quem fará a poesia do índio será o branco, pois, no poema, o indígena não logrou sobreviver à extinção e, portanto, não consegue impor sua autorrepresentação, a sua memória cultural, senão através da voz do seu próprio carrasco, o homem branco:

A Tribo dos tupis – também num tempo
Foi rica de cantores, que ora o povo
Luta contra Anhangá – prófugo e fraco,

E mais que feitos – ou vitórias cisma
A fuga do vencido sem combate!...

Já cantores não tem – nem ter precisa,
Que, deves de o saber, não solta o canto
O terno sabiá – nos ermos onde
O fúnebre urubu desata o grasno (...).
(GONÇALVES DIAS, 2002, p. 166)

Já os poemas de Paulino não representam, de modo algum, um primitivismo ou uma mera revisitação de um classicismo indiano, mas uma complexa proposta de recuperação da cultura indiana como uma das linguagens que a modernidade deverá retomar, o que um poema como *A Pracriti* parece apontar. Por outro lado, o que interessa a Gonçalves Dias, em *Visões*, é pôr a nu a ilusão de fundar ou recuperar de forma linear um primitivismo do passado, ao dramatizar a impossibilidade de um encontro entre índio e (poeta) brasileiro:

Ah ! bem feliz é o que, morrendo, evita
Ouvir a voz dos seus – gemendo – escravos...
Adeus, Cantor – adeus! que a minha pátria
Não é a tua, não – mas este vasto
Fronroso praino – estes vestidos serros,
E o imenso azul dos céus. – E a minha vida
É ver a nuvem cambiando cores,
E os cabelos do sol por sobre a terra,
E tranqüilo escutar o ledro sopro
Da brisa que murmura – e o som das águas
Trepido sobre as pedras – o confuso
Rumorejar das matas – o contínuo
Pavoroso lutar co'as bravas feras!
(GONÇALVES DIAS, 1868, p. 43-45).

Estes versos finais do poema mostram como a voz do índio se confunde com o silêncio da natureza (sublinhe-se a presença dos vocábulos que transmitem o som), forma de aludir ao fato de o indígena, tal como a natureza que o circunda e da qual é como que parte integrante, não possuir (ou não poder possuir, perante o eu lírico) o dom de se autorrepresentar.

Assim, a descrição da natureza é, ao mesmo tempo, a descrição daquilo que existe apenas em estado bruto e que de alguma forma pede para ser representado. Concomitantemente, o poeta ficaria com uma missão que lhe é atribuída de forma tácita pelo indígena, segundo o poema sugere: resgatar uma representação do índio por via da língua portuguesa, ser a sua voz, representação essa que, contudo, ele sabe ser fugidia.

4. Conclusões

Se ambos os nativismos surgem por motivações históricas bastante diversas, sendo formulados sob diversas vertentes estéticas, o que há em comum entre os fenômenos ocorridos no Brasil e em Goa é o fato de estarem sempre preocupados em propor uma tipologia identitária específica, dotada de um imaginário próprio e local, tendo em seu horizonte uma dimensão política. Com efeito, o indianismo precisa de um contexto político-cultural favorável para sua emergência, ligado a um conjunto de demandas político-culturais concretas que obrigam a essa afirmação identitária, o que aconteceu tanto na América quanto na Ásia do Sul. No caso goês, o indianismo projetou o fim do colonialismo e, no brasileiro, derivou-se desse fim. Por outro lado, enquanto no indigenismo brasileiro se buscou uma origem *naïf*, primitiva, nos moldes rousseauianos, no indianismo de Goa procurou-se recuperar o modelo de uma civilização milenar, que seria sinônimo de refinamento cultural, de acúmulo de conhecimento artístico e espiritual. O confronto entre o indianismo goês e o brasileiro permite, assim, conceber uma chave de leitura mais vasta aos vários nativismos do século XIX e XX em contexto de língua portuguesa: estão sempre relacionados a movimentos identitários que reivindicam uma nova identidade política para as sociedades das quais emergem, isto é, nativismo e política estão geral e profundamente vinculados, ainda que em graus e contextos muito distintos.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Sandra. Il Futurismo a Goa e la 'Revista da Índia'. In: CASTRO, Sílvio e SIMÕES, Manuel G. (orgs.). *Rosa dos ventos*. Padova: Università di Padova, 1994, p. 89-101.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira (Momentos decisivos)*, 2º volume. 2ª edição. S. Paulo: Martins Editora, 1964.
- COSTA, Aleixo Manuel da. "DIAS, PAULINO". In: *Dicionário de literatura goesa*, 1º volume. Macau: Instituto Cultural de Macau/Fundação Oriente, 1997, pp. 344-348.
- DEVI, Vimala & SEABRA, Manuel de (org.). *A literatura indo-portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1971.
- DIAS, Antônio Gonçalves. *Poesia indianista*. 2.ª ed. Introd., org. e fixação do texto Marcia Ligia Guidin. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- DIAS, Paulino. *No país de Síria. Poemas inéditos*. Nova Goa: Tipografia Bragança & C.ª, 1935.
- FRANCHETTI, Paulo. I-Juca Pirama. In: *Estudos de literatura brasileira e portuguesa*. Cotia: Ateliê, 2007, pp. 49-73.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções e Capítulos da expansão paulista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- LISBOA, Eugénio (coord.). "DIAS, Paulino". In: *Dicionário cronológico de autores portugueses*, vol. III. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1994, p. 149-150.
- LOBO, Sandra Ataíde. O reencontro da indianidade: o nacionalismo goês nos anos 20. In: MATOS, Artur Teodoro de Matos e CUNHA, João Teles e (coord.). *Goa, passado e presente*. Lisboa: CHAM, 2012, t.1, p. 271-279.
- _____. *O desassossego goês. Cultura e política em Goa do liberalismo ao Acto Colonial*. Tese de Doutoramento em História e Teoria das Ideias. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2013.
- MAGALHÃES, Francisco José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Nitheroy*, t. 1, n. 1, 1836, p. 132-159.

MARX, Karl. O 18 brumário de Luis Bonaparte *apud* SAID, Edward W.. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

PASSOS, Joana. O indianismo do princípio do século XX – o movimento de redescoberta da identidade indiana dos goeses. In: *Goa, passado e presente*. MATOS, Artur Teodoro de e CUNHA, João Teles e (coord.). Lisboa: CHAM, 2012, t. 1, p. 255-270.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zé Mario Editor, 2002.

TREECE, David. *Exiles, Allies, Rebels. Brazil's Indianist Movement, Indigenist Politics, and the Imperial Nation-State*. Westport: Greenwood Press, 2000.

VELHO, Selma de Vieira. A síndrome do sati na literatura portuguesa. In: EARLE, T. F. (dir.). *Actas do Quinto Congresso da Associação Internacional dos Lusitanistas*. Oxford/Coimbra: Universidade de Oxford, v. 3, 1998, p. 1563-1576.

Abstract

Indianisms in Brazilian and Goan poetry: the cases of Gonçalves Dias and Paulino Dias

In both Brazilian and Goan literary criticism, what has been designated as "Indianism" has distinct referents and cronologies. The presence of the Indian in Brazilian nascent literature is a phenomenon of its early Romanticism. As for the passion for classical India in Goan poetry written in the Portuguese language, its peak dates from the turn of the century. This text aims to understand this phenomenon as a transnational manifestation of nativist discourse in Portuguese-speaking territories. In order to understand indianist poetry, one has to study its socio-cultural meanings and to investigate the ways in which European literary forms are transformed through it, which will be done through a carefull reading of Gonçalves Dias' and Paulino Dias' poems.

Keywords: Indianism, Goa, Brazil, Paulino Dias, Gonçalves Dias.